



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

PARECER JURÍDICO **LCR – 174/2021**

EMENTA: Projeto de Lei nº 1.228/2020,
Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
do Exercício Financeiro de 2022 e dá ou-
tras providências.

Instado a me manifestar, nos termos do art. 226,
do RICM, sobre a viabilidade de tramitação do **Projeto de Lei nº
1.228/2021, Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Exercício
Financeiro de 2022**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder
Executivo Municipal, tem por objeto a apresentação, a esta Casa de
Leis, das Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercí-
cio de 2022, cumprindo disposições contidas na Constituição Federal.

Em sua justificativa, encartada às fls. 025/030,
sustenta a necessidade da apreciação e aprovação legislativa. Tal provi-
dência se dá em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição
Federal, que assim disciplina:

***Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelece-
rão:***

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De igual forma, cumpre com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos do art. 72, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 89, §1º, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, constata-se a iniciativa reservada ao chefe do Executivo Municipal. Ademais, nos termos do art. 123, do RICM, observa-se a tempestividade do referido Projeto de Lei.

Portanto, da análise formal do referido Projeto de Lei, não vislumbro inconstitucionalidade e/ou ilegalidade que mereça registro.

O artigo 124 e seguintes, do Regimento Interno, estabelece as regras de tramitação de matérias relativas às Diretrizes Orçamentárias, que deverão ser observadas.

Desta feita, o presente Projeto de Lei deverá ser encaminhado à Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, conforme disposições regimentais, a quem caberá o exame sobre as questões de conveniência e oportunidade, no sentido de avaliar o conteúdo trazido pelo presente Projeto de Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Ante o exposto e com tais considerações, opino **favoravelmente** pelo recebimento do Projeto de Lei nº. 1.228/2021 com o encaminhamento supramencionado, vez que se encontra adequado às normas regimentais desta Casa Legislativa e atende, aparentemente, aos quesitos de legalidade e constitucionalidade, o qual deve seguir para ciência e superior deliberação.

É o parecer.

Primavera do Leste, 13 de setembro de 2021.


Luiz Carlos Rezende
Assessor Jurídico
OAB/MT 8987-B